



ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA

DE DEZEMBRO DE 2025

O Observatório de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (OBECON) acompanha o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e procura informar à sociedade seus valores.

O IPCA é calculado pelo IBGE desde 1980, e se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte, e abrange dez regiões metropolitanas do país, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e de Brasília. Seu cálculo é feito a partir da média ponderada dos preços de nove grupos de produtos e serviços, que são: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transporte, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. Cada grupo tem um peso específico na composição do índice, refletindo a importância relativa dos gastos das famílias brasileiras. Os preços são atualizados mensalmente para examinar as mudanças no custo de vida da população.

Por meio do IPCA, é possível analisar como está a economia do país. Sendo o principal índice medidor da inflação, ele serve de referência para o monitoramento da inflação por parte do Governo Federal, bem como de informação para definir metas anuais de políticas econômicas.

Em dezembro de 2025, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 0,33%, ficando acima do resultado observado em novembro (0,18%) e abaixo do índice apurado em dezembro de 2024 (0,52%). Esse foi o menor resultado para um mês de dezembro desde 2018, quando a taxa ficou em 0,15%. Com isso, a inflação oficial encerrou 2025 com alta acumulada de 4,26%, valor 0,57 ponto percentual (p.p.) inferior ao registrado em 2024 (4,83%) e abaixo do limite superior da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,5%. Trata-se, ainda, do menor resultado anual desde 2018, quando o índice acumulado foi de 3,75%.



O desempenho do IPCA em 2025 foi fortemente influenciado pelo grupo Habitação, cuja variação acelerou de 3,06% em 2024 para 6,79% em 2025, respondendo pelo maior impacto no índice acumulado do ano (1,02 p.p.), ante 0,47 p.p. no ano anterior. Em seguida, destacaram-se os grupos Educação, com alta de 6,22% e impacto de 0,37 p.p.; Despesas pessoais, com variação de 5,87% e contribuição de 0,60 p.p.; e Saúde e cuidados pessoais, que avançou 5,59%, gerando impacto de 0,75 p.p. Em conjunto, esses quatro grupos foram responsáveis por cerca de 64% da inflação acumulada em 2025.

Segundo Fernando Gonçalves, gerente da pesquisa, “esse é o quinto menor resultado da série histórica desde o Plano Real, ou seja, dos últimos 31 anos. À frente dele estão apenas os anos de 1998 (1,65%), 2017 (2,95%), 2006 (3,14%) e 2018 (3,75%)”.

O grupo Alimentação e bebidas, que possui o maior peso na composição do índice, apresentou desaceleração significativa ao comparar 2024 (7,69%) com 2025 (2,95%), especialmente devido ao comportamento da alimentação no domicílio, cuja variação passou de 8,23% para 1,43%. Entre junho e novembro, a alimentação no domicílio registrou seis meses consecutivos de queda, acumulando retração de 2,69%. Nos demais meses do ano, o aumento acumulado foi de 4,23%.

De acordo com Gonçalves, “no grupo Habitação, a energia elétrica residencial teve papel relevante no resultado anual, com impacto de 0,48 p.p., em razão de reajustes tarifários que variaram de -2,16% a 21,95%, além da maior incidência de bandeiras tarifárias que elevaram o custo para os consumidores. Esse cenário contrasta com 2024, quando houve oito meses de bandeira verde, sem cobrança adicional. Em sentido oposto, os alimentos para consumo no domicílio apresentaram queda ao longo do ano, reflexo do aumento da oferta”.

Os demais grupos apresentaram os seguintes resultados no acumulado de 2025: Artigos de residência, com variação de -0,28% e impacto de -0,01 p.p.; Vestuário, com alta de 4,99% e contribuição de 0,23 p.p.; Transportes, que avançou 3,07%, gerando impacto de 0,63 p.p.; e Comunicação, com variação de 0,77% e impacto de 0,03 p.p.



Entre os 377 subitens considerados no cálculo do IPCA, a energia elétrica residencial foi o item que exerceu o maior impacto individual sobre a inflação de 2025, com contribuição de 0,48 p.p. e alta acumulada de 12,31% no ano. Na sequência, destacaram-se os cursos regulares (impacto de 0,29 p.p. e variação de 6,54%), os planos de saúde (0,26 p.p. e 6,42%), o aluguel residencial (0,22 p.p. e 6,06%) e o lanche (0,21 p.p. e 11,35%).

Entre as principais quedas, sobressaem os alimentos. O arroz apresentou impacto negativo de -0,20 p.p. em 2025, com recuo de 26,56%, enquanto o leite longa-vida contribuiu com -0,10 p.p., ao passar de uma alta de 18,83% em 2024 para queda de 12,87% em 2025. Também tiveram impacto negativo os eletrodomésticos e equipamentos, os aparelhos telefônicos e o seguro voluntário de veículos, cada um com contribuição de -0,05 p.p.

“Os preços dos alimentos subiram 2,95% em 2025, percentual bem inferior ao observado em 2024, quando a alta foi de 7,69%. Já os produtos não alimentícios apresentaram comportamento oposto, com variação de 4,64% em 2025, frente a 4,07% no ano anterior”, observa Gonçalves.

No agregado especial de serviços, o IPCA acelerou de 4,78% em 2024 para 6,01% em 2025. Já os preços monitorados — aqueles administrados pelo governo — passaram de 4,66% para 5,28% no mesmo período.

Entre as 16 localidades acompanhadas semanalmente pelo IBGE, Vitória apresentou a maior variação acumulada em 2025 (4,99%), influenciada principalmente pelos aumentos da energia elétrica residencial (17,48%) e do plano de saúde (6,33%). Em seguida, aparecem Porto Alegre (4,79%) e São Paulo (4,78%). O menor resultado foi registrado em Campo Grande (3,14%), destacando-se as quedas nos preços do arroz (-31,01%), das frutas (-10,83%) e das carnes (-2,94%).

No mês de dezembro de 2025, o grupo Transportes apresentou a maior variação (0,74%) e o maior impacto no índice (0,15 p.p.). O resultado foi impulsionado pelos aumentos no transporte por aplicativo (13,79%) e nas passagens aéreas (12,61%), este último sendo o subitem de maior impacto individual no mês (0,08 p.p.). Após recuo de 0,32% em novembro, os combustíveis subiram 0,45% em



dezembro, com altas no etanol (2,83%), no gás veicular (0,22%) e na gasolina (0,18%), enquanto o óleo diesel apresentou queda de 0,27%.

Em sentido oposto, o grupo Habitação registrou retração de 0,33% em dezembro, após ter avançado 0,52% em novembro. A principal influência foi a queda de 2,41% na energia elétrica residencial, responsável pelo maior impacto negativo no índice mensal (-0,10 p.p.). Segundo o gerente da pesquisa, “esse comportamento decorre da adoção da bandeira tarifária amarela em dezembro, que implicou cobrança adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos, enquanto em novembro vigorava a bandeira vermelha patamar 1, com acréscimo de R\$ 4,46 para o mesmo consumo”.

Os demais grupos pesquisados apresentaram elevação em dezembro: Saúde e cuidados pessoais (0,52%, impacto de 0,07 p.p.), Artigos de residência (0,64% e 0,02 p.p.), Vestuário (0,45% e 0,02 p.p.), Comunicação (0,37% e 0,02 p.p.), Despesas pessoais (0,36% e 0,04 p.p.), Alimentação e bebidas (0,27% e 0,06 p.p.) e Educação (0,08%, sem impacto relevante).

O Observatório de Economia está atento aos cenários econômicos que podem contribuir para oscilações de preço e sempre divulgará as informações.

REFERÊNCIAS

IBGE. IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2026.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. IPCA em dezembro vai a 0,33% e acumula 4,26% em 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45613-ipca-em-dezembro-vai-a-0-33-e-acumula-4-26-em-2025>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2026.

Texto elaborado por: Maria Fernanda Santos Carvalho – acadêmica do curso de ciências econômicas – ESAN/UFMS.

Orientação: Prof. Dra. Luciane Carvalho, do curso de Ciência Econômicas – ESAN/UFMS.